
O que é o Setembro Amarelo e por que devemos refletir e conversar sobre o assunto?

**“Não busque a felicidade fora,
mas sim dentro de você;
caso contrário nunca a encontrará”
Epiteto**

O mês de Setembro é caracterizado pela cor amarela, em locais públicos e particulares essa cor remete a atenção, cuidado e conscientização para a prevenção do suicídio. A ampla divulgação de informações tem por objetivo alertar a população a respeito da realidade do suicídio no Brasil e no mundo e suas formas de prevenção.

O suicídio é considerado um problema de saúde pública mundial, que tem seus maiores índices em países como Canadá, Sri Lanka, Japão, Áustria, Finlândia e Suíça, no qual o suicídio em adolescentes e adultos jovens está se configurando em um padrão epidêmico (Meneghel, Victora, Faria, Carvalho & Falk, 2004).

O Brasil tem registros anuais de cerca de dez mil casos concretizados e mais de um milhão no mundo. Além do preocupante aumento no número de casos, o tema ainda é considerado tabu, seja por questões religiosas ou culturais, segundo a OMS, nove em cada dez casos poderiam ser prevenidos, o que justifica e respalda a necessidade desta campanha.

Alguns levantamentos internacionais apontam que em cerca de 97% dos casos, o suicídio é um marcador do sofrimento psíquico ou de transtornos biopsicossociais. Entretanto, vale ressaltar que estes fenômenos são coisas distintas que podem ou não estar associados. Sendo o sofrimento psíquico algo da ordem da existência humana, condição comum a todos, embora cada um possa vivenciá-lo de maneira distinta, em intensidade e em momento diferente.

Com isso estamos certos de que o comportamento suicida não está atrelado a um único fato, nem pode ser engessado como decorrente de única causa, no entanto, importante compreender que a violência revela seus males, não apenas no tocante ao dano imediatamente sofrido, mas os danos decorrentes das consequências psicossociais que, em cada realidade serão manifestas de forma diversa, entre elas, no comportamento suicida.



Nesse cenário, resta suscitado o dever de atuação da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal em promover a valorização da vida, proteger a vida quanto ao leque de violações a que pode restar exposta, bem como se abster de qualquer ato em que vida reste desvalorizada e cada pessoa tenha no Estado, não um garantidor, mas um opositor à sua compreensão como ser.

Para tanto, devemos compreender como violência “O uso intencional da força física ou poder, que pode resultar em ferimentos, mortes, dano psicológico, além de prejudicar o desenvolvimento” (OMS, 2010), sendo justamente no aspecto psicossocial que reside nossa preocupação, principalmente quando a violação é decorrente de uma exposição direta ou indireta do indivíduo.

Listamos assim como tipologias de violência que carecem de nossa atenção a exposição à Violência Doméstica ou intrafamiliar, que tem por vítimas mais contumazes as crianças, adolescentes, mulheres, e idosos, sendo esta manifesta física e emocionalmente, por razões diversas, como o machismo, alcoolismo e uso de drogas em casa, violência sexual, alienações parentais, problemas financeiros para manutenção do lar, aspectos relacionados à orientação sexual e gênero, cobrança de resultados escolares, e a própria ocorrência de transferência para os membros da família de violências sofridas pelo próprio agressor, refletindo um ambiente de extrema vulnerabilidade das vítimas diretas, como também as vítimas indiretas, que por vezes têm seu processo de desenvolvimento pessoal prejudicado por simplesmente presenciar violação a outros.

No tocante à violência extradomiciliar, podemos listar bullying nas escolas, assédio moral e cobrança de metas descomunais nas relações de emprego, refletindo diretamente na saúde do trabalhador, além de situações próprias do espaço público como sequestros, estupros, assaltos, drogas, morte de familiares por atos de violência, além de omissão estatal na execução de serviços primários que impactam na qualidade de vida de cada pessoa.

Por fim, ainda destacamos possíveis riscos da exposição à violência através da mídia, na visão de alguns estudiosos poderiam desaguar no “Efeito Werther”, ondas de suicídios por imitação ou indução através de rádio, TVs, Blogs com fotos, diálogo e destaque à violência ou incitação ao comportamento suicida. Da mesma forma filmes, séries, novelas que venham a retratar casos de suicídio, como é o caso da série “Os Treze Porquês” ou “Por Treze Razões” que retrata uma adolescente que se suicida, mas

antes grava áudios justificando tal decisão, série que suscita discussão de seu potencial indutivo ou reflexivo quanto ao suicídio, bem como o risco do efeito contágio.¹

Reiteramos compreensão que diferentes grupos de indivíduos reagem de forma diferente a cada um dos possíveis fatores motivadores ou indutores à decisão de se tirar a própria vida, por isso a necessidade de um projeto terapêutico individual, afinal, não é possível generalização de causas de tentativa, ocorre que a construção de fatores sociais e políticos possivelmente desencadeadores de consequências psicossociais merecem ação e olhar do Estado e da sociedade como um todo.

A título de conhecimento, segundo Boletim Epidemiológico (2017) do Ministério da Saúde, de 2011 a 2015, foram registrados 55.649 óbitos por suicídio no Brasil, o que representa 5,5 suicídios a cada 100 mil habitantes, variando de 5,3 em 2011 a 5,7 em 2015, cenário que restou diagnosticado que o risco de suicídio é quatro vezes maior para homens do que para mulheres, uma vez que os homens apresentam maior êxito na execução, não obstante as mulheres apresentarem maior índice de tentativa

Outros dados relevantes apontam maiores índices de suicídios entre solteiros (as), viúvos (as) ou divorciados (as), tendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul como estados de maiores ocorrências, além de restarem reveladas maiores taxas de suicídio no perfil de pessoas com 70 anos ou mais, com até 3 anos de estudo, bem como na população indígena por vezes ignorada quanto a esses aspectos.

Temos, portanto, a repercussão de uma Sociedade Líquida (Zygmunt Bauman), onde as relações interpessoais são fluidas e de fácil desfazimento, onde o ser amigo ou desfazer amizades, romper laços está a um clique de nossos dedos, deixando o processo de construção e desconstrução das relações mais célere e fragilizado.

Uma Sociedade Massificada (Hannah Arendt), em que num processo de globalização, pelo descrédito da ética e de valores, pela necessidade das pessoas serem vistas como meras produtoras de riqueza, perde-se o olhar para a individualidade e complexidade de cada ser, o transformando em número, em grupo e ignorando-se o ser.

Destacando-se reflexos também de uma Sociedade Excludente, na qual cria-se uma sociedade que ignora as diferenças entre as pessoas, que não se preocupa em integrar e incluir, onde o outro é um ser indiferente por não compor nossa compreensão de que

¹Visão de Paulo Loureiro – Professor da UNB - Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990



é merecedor de atenção e cuidado, polarizações e diferenciações são ressaltadas, mas pontes não são construídas.

Necessário assim, um olhar de políticas públicas em engajamento social no tocante à segurança, fiscalização das relações de trabalho, educação e proteção de crianças e adolescentes, construção de discursos que cheguem a pessoas de todas as classes sociais econômicas, mas nem sempre objeto de políticas públicas, ampliação de incentivo à saúde emocional masculina, debate sobre a exposição da violência midiática e inclusão real e não apenas legal do Idoso como foco de política pública

Temos de construir uma sociedade, um Estado que enxerga e cuida das pessoas, que não se rende à liquidez dos processos de relacionamento e cuidado da atualidade, pautados unicamente na produção de números, não olhando para o resultado econômico como único diagnóstico de qualidade de vida, mas compreendendo que a vida deve ser valorizada já a partir da atuação da Administração Pública em cumprir com o seu papel de garantir segurança em todos os seus aspectos, desde a proteção à exposição à violência, repressão desta, mas segurança em apresentar para o cidadão meios e mecanismos de existir em meio ao caos, sendo valorizado como pessoa integrada de fato à sociedade.

Somos expostos à violência, e violentados lutamos para vencer ou conviver com as sequelas e os medos que a vida possa nos revelar, vençamos e lutemos com empatia.

Acho pertinente lembrar que além de acolher, conversar e conscientizar a população, se faz necessário divulgar o CVV – Centro de Valorização da Vida, que bravamente tem lutado realizando apoio emocional e prevenção do suicídio, atendendo voluntária e gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo por telefone, e-mail e chat 24 horas todos os dias, de forma gratuita, através do número de telefone 188.

Wilma Maria Alves Soares de Sousa
Pedagoga e Psicóloga; Especialista em Família e
em Psicoterapia Cognitiva Comportamental.